

# Sarney evitará politização

FROTA NETO  
Da Editoria de Economia

O presidente José Sarney não pretende oficializar a politização da renegociação da dívida externa brasileira. Portanto o governo não tornará pública a estratégia que adotará para a renegociação — pelo menos nesse estágio inicial de reabertura do diálogo com os banqueiros credores e o Fundo Monetário Internacional. A viagem do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, prevista para o próximo dia 8, aos Estados Unidos, é portanto apresentada tão-só como uma retomada de contato. A primeira de Dornelles após feito ministro.

Há uma evidente preocupação governamental em evitar qualquer sintoma de que se pretenda politizar a dívida. Mesmo a decisão do presidente Sarney de participar diretamente das negociações será aplicada exclusivamente nos bastidores — na definição dos parâmetros negociadores.

Ainda ontem, depois de Sarney ter estado em contato telefônico com o presidente do Uruguai, Mário Sanguinetti, e de um previsível próximo telefonema entre o presidente do Brasil e o presidente da Argentina, Raul Alfonsín, no Palácio do Planalto não se colocava a questão da dívida externa latino-americana (a mais explosiva do mundo) no centro desse diálogo trilateral.

Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal havia uma preocupação saliente à do governo sobre a renegociação. Deputados e Senadores se indagavam sobre como poderão influir e quais os limites da ação do Congresso na nova fase de relações entre os poderes. No PMDB, principal ponto de apoio político-parlamentar do governo, uma reunião informal da bancada na Câmara dos Deputados foi realizada. Mas sem chegar a uma formalização do papel que o peemedebismo pretende desempenhar a partir de agora. Ainda que a intenção dos deputados seja definir um “quadro de

renegociação os deputados do PMDB reconhecem que a condução de todo o processo ainda está fundamentalmente com o Executivo.

A intenção existente em alguns setores do PMDB é, pois, esperar o resultado da conferência do ministro Dornelles, no próximo dia 8, no plenário da Câmara, para saber o que fazer em seguida. O presidente da Comissão de Economia, deputado Ralph Biasi (PMDB-SP) informava que reunirá aquele órgão técnico para examinar o que for dito por Dornelles, e, se necessário, requerer esclarecimentos adicionais do governo. “Temos que começar participando em algum ponto”, afirmava ontem Biasi, com o que concordava o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) ainda sem um desenho concreto de como poderá se dar essa participação.

Há uma evidente simpatia dentro do PMDB para a tese da “capitalização dos juros”. Hoje não há mais nenhuma voz em alto som abordando a moratória como solução. Os peemedebistas se mostram encantados com a capitalização porque ela forneceria uma margem de recursos sufi-

cientes para tocar programas desenvolvimentistas essenciais ao País e vitais para a sobrevivência dos programas político-eleitorais daquela agremiação às vésperas da convocação da Assembleia Nacional Constituinte. A estimativa é de que com a capitalização dos juros (com pagamento definido em torno de 30% das exportações) e um prazo de carência de cinco anos o Brasil disporia de US\$ 60 bilhões para reativar sua economia, notadamente em áreas prioritárias como a agricultura.

No PFL —, a outra ponta do arco de apoio governamental, a preocupação é no momento em evitar açodamento político interno dessa sensível questão. Tendo à frente Olavo Setúbal, ministro do Exterior, em apoio às indicações de Dornelles, Sarney não terá dificuldades em neutralizar qualquer margem de descontentamento do PFL sobre como a dívida deverá e poderá ser renegociada.

Desse modo, dentro dos partidos governistas a conclusão é: pois, de que ainda falta algum tempo para o governo definir sua estratégia.